

Ciência em Foco

Volume XVIII



2026

Alan Mario Zuffo
Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo
Bruno Rodrigues de Oliveira
Jorge González Aguilera
Aris Verdecia Peña

Organizadores

Alan Mario Zuffo
Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo
Bruno Rodrigues de Oliveira
Jorge González Aguilera
Aris Verdecia Peña
Organizadores

Ciência em Foco
Volume XVIII



Pantanal Editora

2026

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Profa. MSc. Adriana Flávia Neu
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Profa. MSc. Aris Verdecia Peña
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandris Argentele-Martínez
Profa. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Profa. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Profa. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Profa. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Profa. Dra. Patrícia Maurer
Profa. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Profa. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
UFJF
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Mun. Rio de Janeiro
UNMSM (Peru)
UFMT
Mun. de Chap. do Sul
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB

UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

C569

Ciência em foco – Volume XVIII / Organização de Alan Mario Zuffo, Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo, Bruno Rodrigues de Oliveira, et al. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2026.
69p.

Outros organizadores: Jorge González Aguilera, Aris Verdecia Peña.

Livro em PDF

ISBN 978-65-85756-82-2

DOI <https://doi.org/10.46420/9786585756822>

1. Ciência. 2. Pesquisa científica. 3. Educação. 4. Sustentabilidade. I. Zuffo, Alan Mario (Organizador). II. Zuffo, Rosalina Eufrausino Lustosa (Organizadora). III. Oliveira, Bruno Rodrigues de (Organizador). IV. Título.

CDD 507

Índice para catálogo sistemático

I. Ciência



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

A Editora Pantanal tem a honra de apresentar o décimo oitavo volume da coletânea *Ciência em foco*, uma obra que vem se consolidando como importante referência na divulgação científica nas áreas de ciências agrárias, ambientais e campos correlatos.

Este volume reúne pesquisas originais, artigos de revisão e estudos aplicados, elaborados por pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa do Brasil, contemplando temáticas atuais, relevantes e inovadoras. Entre os temas abordados, destacam-se a sociologia crítica na produção do conhecimento social, os indicadores ambientais da Universidade Federal de Uberlândia, a inoculação com *Bradyrhizobium* como fator determinante na resposta do amendoim a diferentes doses de níquel, o trabalho docente na extensão universitária e a relevância do DOI no contexto da publicação científica.

Esta obra tem como principal objetivo difundir conhecimentos científicos de qualidade, promovendo o diálogo entre diferentes áreas do saber e incentivando a reflexão crítica sobre desafios contemporâneos relacionados ao desenvolvimento sustentável, à produção de conhecimento e à inovação científica.

Acreditamos que este volume se constituirá em uma valiosa fonte de consulta para estudantes, pesquisadores, profissionais e formuladores de políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento da integração entre ciência, tecnologia e sociedade, bem como para a construção de soluções voltadas às demandas atuais e futuras.

Os organizadores

Sumário

Apresentação	4
Capítulo 1	6
Sobre uma sociologia crítica na produção do conhecimento social	6
Capítulo 2	18
Avaliação de indicadores ambientais da Universidade Federal de Uberlândia	18
Capítulo 3	34
Inoculação com <i>Bradyrhizobium</i> como fator determinante na resposta do amendoim a doses de níquel	34
Capítulo 4	46
O trabalho docente na extensão universitária: reflexões a partir da atuação no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Paraná	46
Capítulo 5	58
A importância do DOI na publicação científica: rastreabilidade, visibilidade e a conectividade do conhecimento	58
Índice Remissivo	67
Sobre os autores/organizadores	68

O trabalho docente na extensão universitária: reflexões a partir da atuação no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Paraná

Recebido em: 18/06/2026

Aceito em: 25/06/2026

 10.46420/9786585756822cap4

Adriana Lucinda de Oliveira 

INTRODUÇÃO

A extensão universitária é um *lôcus* privilegiado do exercício de analisar, apreender, comprometer-se e intervir na realidade da vida cotidiana. Do ponto de vista da Universidade é também lugar de exercício do papel social, de reiterar a responsabilidade da produção do conhecimento à serviço da comunidade, da cidade, do bem comum. Assim, a Universidade apresenta-se como importante instituição, à medida que tem a capacidade de identificar potencialidades, gerar oportunidades, resgatar e visibilizar heranças culturais da região e do seu entorno, articular o saber científico com os saberes histórica e culturalmente construídos e fomentar a crítica, a dúvida, a investigação, elementos essenciais para a sistematização e produção de conhecimento à serviço da sociedade.

Essa relação orgânica com a realidade social e suas diferenciadas demandas sociais, políticas, jurídicas, administrativas, ambientais, estruturais, entre outras tantas, deveria incitar a busca por respostas através da pesquisa e um *modus operandi* de ensino articulado ao conhecimento já sistematizado e desafiado pela dinâmica e complexidade da realidade. Esse tripé ensino, pesquisa e extensão tão falado e almejado, na maioria das vezes constitui-se em instâncias isoladas e desconexas, dada a nossa cultura acadêmica ainda muito marcada pela concepção cartesiana de conceber o processo ensino-aprendizagem.

Instituições do Ensino Superior - IES se encontram frente ao desafio de implantar e gerenciar a Extensão como componente curricular num processo de adequação ideal de acordo com a Resolução No.7/2018 do Conselho Nacional de Educação-CNE e Câmara de Educação Superior - CES do Ministério da Educação-MEC, em que institui as novas diretrizes para Educação Superior. Esta inovação como metodologia de ensino, representa um marco disruptivo na história da Educação brasileira, considerando a forma cartesiana em que o ensino superior se sustentou até a publicação da Resolução (Figueiredo, 2024, p.72).

Considerando os desafios impostos pela materialização da curricularização da extensão no âmbito da educação superior, este trabalho busca sistematizar reflexões e aprendizados construídos a partir da trajetória docente em atividades extensionistas. Inicialmente, são discutidas as diretrizes da extensão universitária, compreendidas como fundamento teórico-metodológico e político para o desenvolvimento

das ações extensionistas. Em seguida, são apresentadas e analisadas três experiências vivenciadas no exercício da docência no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná: a promoção do acesso à justiça e à garantia de direitos; a formação continuada e a qualificação permanente de assistentes sociais; e a assessoria a processos de organização e mobilização da sociedade civil voltados à formulação e ao fortalecimento de políticas públicas para as mulheres.

DIRETRIZES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O debate sobre a concepção de extensão e suas contribuições é capitaneado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), que no XXXI Encontro Nacional, realizado em Manaus (AM), em maio de 2012, pactuou a Política Nacional de Extensão Universitária, demarcando o compromisso com os conceitos, diretrizes, princípios e objetivos da Extensão Universitária e com os valores civilizatórios e democráticos que orientaram a sua construção.

Desde então, cinco diretrizes balizam a extensão universitária no país e reiteram a ruptura com o clientelismo, que marcou a trajetória história da extensão universitária, quais sejam: são as seguintes: *Interação Dialógica, Interdisciplinariedade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante* e, finalmente, *Impacto e Transformação Social*.

A *Interação dialógica* destaca o diálogo e a busca do conhecimento da realidade como mediação de um fazer crítico, eticamente, teoricamente, juridicamente, politicamente e metodologicamente fundamentado. A defesa e a construção de estratégias de desenvolvimento sustentável, de políticas públicas, de enfrentamento às desigualdades sociais, de respeito aos saberes populares, de valorização das culturas, entre outras; demandam um diálogo constante e o envolvimento dos diferenciados atores sociais, tendo como premissa a troca respeitosa e a construção coletiva. O diálogo funda-se em relações horizontais entre sujeitos participantes do processo educacional. Como este processo visa a práxis, então o diálogo representa o encontro dos sujeitos com a missão do agir (Gonçalves; Quimelli, 2016, p.28). O diálogo requer escuta atenta e interessada, desprovida ao máximo de pré-concepções e preconceitos. Nessa perspectiva, ouvir a comunidade e os sujeitos sociais que compõem a ação extensionista, demanda profundo respeito, exercício da alteridade e a intencionalidade de construir coletivamente. A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 1983, p.04)

A *Indissociabilidade de ensino-pesquisa e extensão* aponta para a necessidade de evidenciar o papel social da Universidade, bem como a importância de uma interação entre as demandas da sociedade e a produção de conhecimento acadêmico. A tríade ensino, pesquisa e extensão possibilita uma dinâmica de retroalimentação dos espaços formativos. Nessa perspectiva, uma ação extensionista, não pode se restringir a mera transmissão de informações técnicas. Mais do que isso, necessita estar em constante processo de troca de saberes, em que a Universidade passa a ser o espaço de pluralidade de discussões,

tendo por base o trabalho coletivo capaz de possibilitar a livre criação, relacionando ensino, pesquisa e extensão, a partir do elo do compromisso social (Demo, 2001).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme concebida e incorporada à Constituição Federal, constitui uma diretriz de natureza filosófica, política, pedagógica e metodológica que orienta a produção do conhecimento e os processos formativos desenvolvidos na universidade. Em razão da abrangência e da complexidade dessa concepção, sua efetivação configura um desafio permanente para as instituições de ensino superior, exigindo esforços coletivos e institucionais voltados à incorporação desse princípio tanto nos marcos normativos quanto nas práticas acadêmicas cotidianas (Gonçalves, 2016).

Tal perspectiva tem se materializado por meio da abertura de novos campos de estágio, da curricularização da extensão e da incorporação da pesquisa como princípio formativo, iniciativas que buscam superar a fragmentação entre as funções universitárias e fortalecer uma formação comprometida com a produção de conhecimento crítico e com as demandas da sociedade.

A Extensão é o lugar da “alteridade” por excelência — é onde a universidade realiza o reconhecimento da diversidade tanto socio cultural quanto étnico-racial e permite não apenas a construção, como também o estabelecimento dos compromissos necessários à leitura do mundo. Ao atuar nas dimensões estéticas e culturais, a Extensão Universitária tenciona o Ensino e atualiza a Pesquisa (Deus, 2020, p.23).

O *Impacto na formação do Estudante* considerando a centralidade do processo ensino aprendizagem, espera-se que a extensão contribua para a formação crítica, humana e cidadã, valorizando as diferenciadas culturas, saberes e perspectivas. Uma concepção ampliada da realidade, porém ancorada em valores democráticos e na defesa intransigente dos direitos humanos.

O estudante é o ser social apto a fortalecer a Extensão Universitária. As novas ideias, as novas teses, os novos trabalhos e também a construção de novas teorias (a partir das vivências e experiências desses estudantes) é o combustível necessário para o fortalecimento do papel da universidade pública brasileira. A universidade tem uma tarefa essencial nesse contexto. A legitimidade formal é ela quem produz. É esse saber acadêmico e teórico que é necessário para uma construção bilateral entre esses saberes, que, a priori, parecem tão antagônicos (Deus, 2020, p.44).

Nessa perspectiva, o/a estudante é o protagonista, o sujeito que vai tecendo seu processo formativo mediado pelo trabalho docente e pela realidade sócio-histórica, com vistas a construir uma dinâmica de autonomia e compromisso. A autonomia é a capacidade de uma pessoa ou de uma comunidade de tomar as decisões que a afetam, construindo suas próprias regras, refletindo sobre as consequências de suas ações, assumindo responsabilidades. Ora, não há outra maneira de tornar-se autônomo que não pela experiência própria da democracia. O estudante (independentemente da idade que tenha) só pode alcançar a autonomia se pouco a pouco, ele tiver a oportunidade de tomar as decisões que o afetam. Os jovens e adultos têm condições de participar da gestão de sua formação acadêmica e de

construir seus próprios planos de estudo, organizando o tempo dedicado a cada assunto e orientando-se para os seus temas preferidos, sempre na relação com os educadores. A autonomia dos estudantes só é possível se os educadores não apenas a tem por objetivo, como eles próprios a vivenciam na organização teórica e prática da sua concepção pedagógica e do seu trabalho (Kelian, 2005).

Essa visão do estudante como protagonista de sua formação técnica e cidadã deve ser estendida, na ação de Extensão Universitária, a todos envolvidos, estudantes, professores, técnico administrativos, pessoas das comunidades, estudantes de outras Universidades e da educação básica. Dessa maneira, emerge um novo conceito de ‘sala de aula’, que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. ‘Sala de aula’ são todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas. O estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão, deixa de ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo. Dessa forma, ele se torna também o tutor (aquele que apoia o crescimento possibilitado pelo conhecimento), o pedagogo (aquele que conduz, de mãos dadas, o processo de conhecimento) e o orientador (aquele que aponta a direção desse processo) (FORPROEX, 2012, p.19).

A *Interdisciplinaridade* evidencia a participação de docentes e discentes de diferentes áreas de atuação e formação contribuindo para romper com as dicotomias e para construir um processo de interação, cooperação e aprendizado entre e com as diferentes áreas, considerando a complexidade e as diferenciadas demandas da realidade.

A atividade de extensão tem sua relevância por ser fonte de oxigenação do conhecimento (artístico, científico, tecnológico e cultural) produzido na universidade, por produzir novos conhecimentos de forma interdisciplinar através de suas ações e contribuir para a formação plena do aluno cidadão, oportunizando ao mesmo trabalhar a partir da realidade concreta, cooperando para construção de uma sociedade melhor e melhoria da qualidade de vida da população (Silva; Quimelli, 2006, p. 283).

Já a diretriz que aborda o *Impacto e Transformação Social* contribui para visibilizar as pesquisas e produção acadêmica no âmbito da Universidade, na perspectiva de contribuir para o fortalecimento de ações e estratégias de prudência ecológica, socioeconomia, recuperação de áreas degradadas, fortalecimento das políticas públicas, incentivo ao trabalho em rede, enfrentamento a todas as formas de violência.

A extensão universitária deve ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social (Silva; Quimelli, 2006, p. 44).

Essas cinco diretrizes se interrelacionam mutuamente e constituem um eixo norteador para a proposição de ações extensionistas. A verdadeira potência da extensão universitária surge quando os cinco princípios são acionados e materializados de forma articulada e interdependente. O ponto de

partida inevitável é a *Interação Dialógica*, dada a centralidade ética da troca, do ouvir, de apreender a realidade. A escuta atenta e a percepção das demandas trazidas pela comunidade, requerem a *Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade*, mediante a complexidade multifacetária da realidade, bem como as principais estratégias pedagógicas que constituem a Universidade, qual seja a tríade indissociável do *Ensino, Pesquisa e Extensão*. Na ponta final desse ciclo, colhem-se os dois grandes resultados da extensão: o/a estudante, posicionado/a no centro dessa dinâmica dialógica, interdisciplinar e indissociável, constituindo um *Impacto na sua Formação*. Ele deixa de ser um executor técnico e passa a ser um profissional cidadão, com visão crítica e sensibilidade social. Esse estudante munido de saberes integrados e construídos em parceria com a comunidade, torna-se sujeito que consolida o *Impacto e a Transformação Social*.

AS VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS

As iniciativas desenvolvidas no exercício da docência no curso de Serviço Social tiveram como fundamento os princípios estabelecidos pelo Código de Ética Profissional, compreendido como base valorativa e estruturante da formação acadêmica e do exercício profissional. À luz dessas diretrizes e em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social, destacaram-se três frentes de atuação extensionista: a primeira voltada à promoção do acesso à justiça e à garantia de direitos; a segunda direcionada ao fortalecimento da organização da categoria profissional, por meio de processos de formação continuada e qualificação permanente e à terceira referente ao processo de organização e mobilização da sociedade civil para a promoção de políticas públicas para as mulheres, com ênfase no enfrentamento a violência doméstica. Todas as ações aqui sistematizadas foram e/ou têm sido objeto de projetos de intervenção operacionalizados no cotidiano de trabalho docente no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, localizado no município de Matinhos.

O Litoral do Paraná possui aproximadamente 100 a 105 km de extensão, uma área total superior a 6.900 km² é composto de sete municípios: Antonina (968,9771 km²), Guaraqueçaba (2.159,3374 km²), Guaratuba (1.326,8811 km²), Matinhos (111,5637 km²), Morretes (686,5942 km²), Paranaguá (665,8309 km²) e Pontal do Paraná (216,2945 km²). A área total corresponde a 3% do território paranaense e limita-se ao Norte com o Estado de São Paulo, no qual se localiza a Vila de Ararapira, ao Sul com o Estado de Santa Catarina, no curso do Rio Sahi-Guaçu, a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com a denominada Serra do Mar. A população total dos 7 municípios é estimada em 330 mil habitantes (IBGE, 2026)

A primeira frente de trabalho tem como tema central o acesso à justiça, tomado na sua ampla compreensão, demanda o debate sobre o acesso aos direitos à luz do Estado Democrático de Direito, a partir de construção efetiva de políticas públicas, de modo que as mesmas se tornem instrumentos de proteção e garantia dos direitos fundamentais. Nessa perspectiva, “o acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental — o mais básico dos direitos humanos — de um sistema jurídico

moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos” (Cappelletti & Garth, 2002, p.5).

Sendo assim, defender o acesso à justiça compreende defender o acesso à satisfação das necessidades, do usufruto da cidadania, mesmo nos limites regulatórios impostos pela lógica capitalista.

Nesse prisma, trazemos a experiência extensionista de trabalho no âmbito da assistência jurídica, não apenas como direito garantido constitucionalmente, mas principalmente como a possibilidade de defender o acesso a população historicamente alijada de vários direitos e ainda criminalizada pela exclusão, pela pobreza, pela pouca escolaridade. No marco do capitalismo contemporâneo, em um contexto caracterizado pelo retrocesso das políticas sociais, a criminalização da pobreza e a expansão do sistema penal passa a ser uma estratégia privilegiada dos Estados capitalistas para conter e administrar as crescentes e cada vez mais complexas manifestações da questão social atreladas a uma situação objetiva de desemprego maciço e estrutural (Kilduff, 2010).

Acreditamos que não basta proclamar, de forma genérica e abstrata, a assistência jurídica como direito garantido através de preceito constitucional, mas buscar, na prática profissional, alternativas de ação que viabilizem estes direitos às classes subalternas. Só assim, efetivamente, conseguiremos assegurar a essa população um caminho para uma ordem jurídica, em que as pessoas são vistas como sujeitos de direitos, responsáveis por sua própria história (Chuai, 2001, p.142).

Nesse sentido, o acesso à justiça demanda a apreensão das mediações dos vários elementos e fatores que interferem e constituem o cotidiano da população que requer acesso à justiça gratuita, bem como dos impactos e estigmas que o conflito com a lei acarretam. Nessa perspectiva, a assessoria extensionista ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos significou uma oportunidade concreta de contribuir para o debate desse órgão da execução penal, ainda pouco visibilizado pela sociedade civil. De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), o Conselho da Comunidade é o órgão que representa a participação da comunidade local no sistema penal.

O Conselho da Comunidade, segundo o Ministério da Justiça, tem como função à

a) Representação e intermediação da comunidade: solicitação de recursos; representação nos fóruns e organizações locais e regionais; e elaboração e/ou proposição de políticas integradas de atendimento aos presos, internos e egressos. b) Educativa: participação e divulgação na mídia; participação em fóruns, seminários locais e regionais; e participação na formação de profissionais nas áreas de atuação de interesse do sistema prisional e em atividades junto aos presos. c) Consultiva: elaboração de pareceres sobre aplicação de verbas; elaboração de pareceres sobre a situação geral do presídio e dos presos; e proposição de medidas a serem tomadas pelos órgãos públicos. d) Assistencial: atendimento a famílias, presos, internos e egressos em situações emergenciais. e) Auxílio material à unidade prisional: aquisição de equipamentos; participação em reformas. f) Fiscalizadora: avaliação e monitoramento do cumprimento de direitos, da aplicação de verbas e do exercício da função das diferentes instituições públicas envolvidas na execução penal (Ministério da Justiça, 2008, p.24).

A atuação de estudantes de graduação e pós-graduação no contexto das pessoas em cumprimento de pena em regime aberto, semiaberto e fechado significou o exercício da defesa intransigente dos direitos humanos, a socialização e tradução das informações processuais aos familiares, a denúncia junto aos

órgãos competentes de irregularidades processuais e principalmente a luta contra a estigmatização e a discussão sobre as alternativas de retomada da vida pós cárcere e enfrentamento a reincidência.

A oportunidade de desenvolver um programa de extensão na área da execução penal, com várias frentes de trabalho e projetos (população em prisão provisória, monitorada eletronicamente, cumprindo sentença em regime fechado, perpetradores, mulheres vítimas de violência, familiares e pessoas em cumprimento de medida em regime aberto) trouxe à tona a importância da atuação conjunta com a área do direito, a necessidade de apreender os trâmites burocráticos e jurídicos tão distantes da maioria da população e a premência de um trabalho em rede que reitera que, só através da atuação em rede é que podemos defender o acesso ampliado à justiça. Os anos de ação extensionista evidenciaram a naturalização do Estado Penal, do controle e preconceito com a pobreza e o racismo estrutural que atravessam as práticas nos diferentes equipamentos da política de execução penal.

Desnaturalizar, questionar, argumentar, subsidiar e politizar compuseram e constituíram a práxis nessa área, bem como impuseram a urgência de um envolvimento maior da Universidade no debate, ensino, pesquisa e extensão na execução penal. Referente ao Serviço Social, o desenvolvimento de projetos com os diferenciados públicos possibilitou o desafio de buscar materializar os princípios do código de ética que anunciam a defesa dos direitos, da cidadania, da justiça social, da democracia, da equidade e do compromisso com a qualidade dos serviços. Bem como demandaram o posicionamento e recusa a toda e qualquer forma de arbítrio, autoritarismo, o enfrentamento aos preconceitos e criminalização. Infelizmente o cotidiano nessas frentes de trabalho são permeados por injustiças, descaso, vigilância e pela discrepância de tratamento de acordo com o gênero, raça e principalmente classe social.

A segunda frente de atuação extensionista que destacamos refere-se a proposta direcionada e construída com a categoria profissional de Assistentes Sociais, nos processos de organização/mobilização, no debate das demandas e troca de experiências, na formação continuada e na discussão da dinâmica da supervisão direta nos diferentes campos de estágio. Essa iniciativa está em consonância com a política de educação permanente proposta do Conselho Federal de Serviço Social, ao considerar que

A educação permanente é uma necessidade em todas as profissões e áreas do conhecimento. Parte-se do pressuposto de que a educação é mais ampla que o ensino, pois pressupõe uma perspectiva de aprendizado que prepara para a vida em sociedade; promove saberes socialmente referenciados, consubstanciando aquilo que se entende como formação humana. É sob esta perspectiva que se assume coletivamente a luta de que a educação não deve servir exclusivamente aos interesses do mercado, mas ao atendimento das necessidades humanas, na medida em que pode contribuir, no âmbito da disputa hegemônica, com a superação da lógica desumanizadora da acumulação de capital, que reforça atributos individualistas, do lucro e da competição (CFESS, 2012, p.10)

A troca de experiências, a fundação teórico-prática e a atualização constante são desafios da práxis profissional, sendo que a extensão universitária pode caracterizar-se como importante locus de aprendizado ao longo da vida, considerando a potência dessa articulação com a realidade local. Além disso, reitera a tríade ensino, pesquisa e extensão, haja vista o espaço privilegiado de interlocução com a

intervenção profissional do Serviço Social que caracteriza o estágio curricular obrigatório em Serviço Social.

O cotidiano do trabalho profissional está constantemente desafiado pelo atendimento às demandas imediatas, às necessidades urgentes e a ânsia de respostas. Nesse sentido, as intervenções ainda carecem de uma abordagem que vá além do imediato, que potencialize o fazer profissional através do planejamento estratégico da ação e que possibilite efetivamente um olhar e uma abordagem interdisciplinar, gerando sobretudo, o encontro com uma intervenção reflexiva e crítica. Nessa perspectiva, a proposição centrou-se na elaboração do projeto profissional, tendo como ponto de partida a análise da situação de cada espaço por meio de um processo metodológico de estudo de situação, análise de demandas por políticas para o dimensionamento da intervenção e exercício da pesquisa.

A construção dos projetos profissionais trouxe uma maior visibilidade para a/a Assistente Social, mediante a sistematização e documentação dos atendimentos, articulação em rede e prospecção de atividades a serem realizadas. Essa dinâmica gerou também a sinergia da socialização das experiências e aprendizados e a articulação de ações conjuntas. Outro resultado desse processo foi o fortalecimento dos campos de estágios, da prática da supervisão de campo e do envolvimento e compromisso com o processo de formação de futuros profissionais.

A terceira frente de atuação aqui destacada refere-se ao processo de mobilização, organização, reivindicação e promoção de políticas públicas para mulheres, considerando o aumento dos índices de violência doméstica e os dados alarmantes de feminicídio. O marco desse trabalho foi a criação do Fórum Permanente de Conselhos de Direitos das Mulheres e Coletivos de Mulheres do Litoral do Paraná no ano de 2023 que teve como objetivos: estabelecer uma estratégia para o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher; estimular a implementação de Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres em quatro municípios do Litoral do Paraná; contribuir para o fortalecimento dos três Conselhos Municipais existentes; promover o protagonismo de ações e a democracia participativa. A metodologia utilizada teve como princípio a participação ativa da sociedade civil em articulação com as gestões municipais. Considerando as diferenças entre as siglas partidárias e buscando a defesa de políticas públicas para as mulheres no Litoral do PR, o Fórum foi se constituindo em um sujeito coletivo, com potência de articulação política, tendo o respaldo da Universidade como espaço público a serviço da comunidade. A compreensão do sujeito coletivo como alternativa de luta política suprapartidária remete à capacidade de grupos sociais organizados construir processos de mobilização e reivindicação que transcendem disputas eleitorais e vinculações partidárias específicas. Nessa perspectiva, o sujeito coletivo não se constitui a partir da adesão a um partido político, mas da identificação de interesses comuns, da construção de pautas compartilhadas e da defesa de direitos que expressam demandas concretas de determinados segmentos sociais.

Silva (2021) ao analisar os sujeitos coletivos afirma que não há sujeitos de direitos sem organização política que os leve a compreender-se como tal, ou seja, “os sujeitos de direitos são forjados nos processos

coletivos de luta com os quais estão envolvidos” (Silva, 2021, p.220). São organizações, movimentos, coletivos, fóruns, redes e articulações que atuam na esfera pública em defesa de direitos e na construção de processos de resistência social e, assim, constituem-se em sujeitos portadores de saberes políticos.

Os coletivos de mulheres, associações comunitárias, grupos populares, fóruns e redes de articulação social representam exemplos de sujeitos coletivos que atuam na esfera pública buscando influenciar a formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas. Sua força política decorre da capacidade de mobilizar a sociedade em torno de causas coletivas, fortalecendo processos democráticos de participação e incidência política. Embora possam dialogar com diferentes governos e partidos, sua legitimidade encontra-se fundamentalmente ancorada na representação das demandas sociais construídas coletivamente.

Nessa perspectiva, o processo de assessoria ao Fórum fundamenta-se na relação pedagógica que se desenvolve na dinâmica de organização, e de fortalecimento dos sujeitos, sendo essa a dimensão ideopolítica própria da direção social adotada pelo Serviço Social, imbricada na direção do Projeto Ético-Político Profissional. O processo de formação política, conscientização e fortalecimento dos sujeitos sociais desenvolve-se a partir da relação dialética estabelecida entre o Serviço Social e os diversos segmentos da sociedade. Nesse contexto, a assessoria aos movimentos sociais configura-se como uma mediação profissional orientada para a transformação social, materializando-se por meio das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da intervenção profissional.

A articulação entre o trabalho do assistente social e os processos de mobilização e organização popular encontra respaldo nos marcos normativos da profissão, especialmente na Lei nº 8.662/1993 e no Código de Ética Profissional. Tais instrumentos não se restringem a orientações de caráter normativo, mas expressam diretrizes ético-políticas e estratégicas que orientam a atuação profissional na defesa dos direitos e no fortalecimento da participação social. Nessa perspectiva, a assessoria junto aos movimentos sociais e às organizações populares assume uma dimensão ideopolítica vinculada à promoção da autonomia, da organização coletiva e do protagonismo dos sujeitos sociais. Trata-se de uma intervenção comprometida com o fortalecimento das lutas coletivas e dos processos democráticos de participação, em consonância com os princípios e valores que estruturam o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Conforme destaca Duriguetto (2014), a atuação profissional nesse campo exige a compreensão crítica das relações sociais e o desenvolvimento de estratégias que contribuam para a ampliação da capacidade organizativa e de incidência política dos sujeitos coletivos. O processo de organização, mobilização e assessoria junto à sociedade civil para a promoção de políticas públicas voltadas às mulheres encontra sólido respaldo teórico na tradição da educação popular e na perspectiva crítica marxista. Ambas as abordagens compreendem a participação social não como mera inserção formal nos espaços institucionais, mas como um processo coletivo de formação política, fortalecimento da consciência crítica e construção de estratégias de enfrentamento às múltiplas formas de desigualdade e opressão presentes na sociedade.

A condição das mulheres, especialmente das mulheres trabalhadoras, é permeada pela interseccionalidade dos marcadores de raça, gênero, classe, ou seja, é atravessada por processos históricos de desigualdade que se expressam no acesso ao trabalho, à renda, à proteção social, à participação política e aos direitos fundamentais.

A interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem (Kyrillos, 2020, p. 1).

Assim, a luta pela ampliação e efetivação das políticas públicas para mulheres exige a análise crítica das determinações estruturais que produzem e reproduzem essas desigualdades. Nesse contexto, as ações de assessoria desenvolvidas junto à sociedade civil assumem papel estratégico na qualificação dos processos organizativos, no fortalecimento das lideranças comunitárias e na ampliação da participação social nos espaços de controle democrático das políticas públicas. A assessoria não se limita ao fornecimento de informações técnicas, mas contribui para a construção de capacidades coletivas de planejamento, incidência política, monitoramento das ações governamentais e defesa dos direitos das mulheres. Tal atuação favorece a articulação entre diferentes grupos e movimentos sociais, potencializando a formulação de demandas e a construção de agendas políticas comprometidas com a equidade de gênero e a justiça social. A mobilização social orientada por esses referenciais busca fortalecer a participação das mulheres nos conselhos de direitos e coletivos reconhecendo que a efetivação das políticas públicas depende da organização coletiva e da pressão social permanente. Desse modo, a atuação junto à sociedade civil busca contribuir para a ampliação da cidadania, para o enfrentamento das diversas formas de violência e discriminação e para a consolidação de políticas públicas capazes de responder às necessidades concretas das mulheres em sua diversidade de experiências e condições sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diretrizes da extensão universitária são as balizas das propostas de interlocução com a realidade do entorno da Universidade. Apontam para o compromisso, responsabilidade e papel social da Universidade pública, laica e de qualidade.

Concomitantemente, a extensão a partir do curso de Serviço Social reitera o desafio do exercício encetado pelos princípios do código de ética profissional, bem como a oportunidade de tecer a articulação com o ensino e a pesquisa.

As experiências aqui socializadas foram e são vivenciadas em projetos que possibilitam o contato direto com a população, com as profissionais de Serviço Social e com a sociedade civil organizada.

A opção pelo trabalho a população em conflito com a lei no contexto da defesa ampliada do acesso à justiça, reitera a premência de uma compreensão histórica das demandas sociais, concebendo

que cada sujeito histórico traz consigo as marcas de uma sociedade desigual, hierarquizada, racista, classista, homofóbica, capitalista. A apreensão da realidade a partir dessas mediações é condição *sine qua non* para desnaturalizar, politizar e sociologizar as histórias pregressas de cada sujeito, as demandas sociais e individuais, as estratégias de controle e punição, tendo como critério a defesa intransigente dos direitos humanos.

Da mesma forma, a experiência extensionista de trabalho com a categoria profissional possibilitou uma dinâmica de retroalimentação, de aprendizado mútuo e de compromisso com as competências ético-político, técnico-operativa e teórico-metodológica no exercício profissional de cada um/a de nós.

O trabalho com o Fórum Permanente de Conselhos de Direitos de Mulheres e Coletivos de Mulheres do Litoral do Paraná tem sido uma importante oportunidade de troca e fortalecimento da mobilização e organização coletiva. Participar da tessitura de um sujeito coletivo tem oportunizado o exercício e a vivência de processos democráticos participativos em defesa dos direitos das mulheres e no enfrentamento a todas as formas de violência de gênero.

Por fim, torna-se importante afirmar que tanto os princípios do código de ética do/a profissional de Serviço Social quanto as diretrizes da extensão universitária estão alinhadas a uma perspectiva cidadã, democrática e de qualidade de formação e de exercício profissional, comprometidos com valores emancipatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Cartilha Conselhos da Comunidade. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2008. Disponível em: <https://feccompar.com.br/materialdeapoio/>. Acesso em: 11 jun 2026.
- Cappelletti, M., & Garth, B. (2002). Acesso à Justiça. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris.
- Chuari, S. H. Assistência jurídica e serviço social: reflexões interdisciplinares. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, cortez, nº 67, 2001.p. 124-144.
- CFESS. Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS. Brasília, DF: CFESS, 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/> Acesso em: 13 jul. 2026.
- Demo, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- Deus, S de. Extensão Universitária: trajetórias e desafios. Santa Maria, RS : Ed. PRE-UFSM, 2020. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf. Acesso em: 11 jun 2026.
- Duriguetto, M. L. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990. In: Abramides, Maria Beatriz; Duriguetto, Maria Lúcia (Orgs.). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

- Figueiredo, S. C. G. de. Gestão da implantação da extensão universitária no ensino superior. In: SOARES, Maisa Caxias, et all (orgs). Gestão organizacional: estratégias para adaptação e inovação em ambientes competitivos. Volume 1, 2024, pg. 71-78. Disponível em: https://pesquisa.fametro.edu.br/wp-content/uploads/2025/02/Gestao_organizacional_Vol1.pdf Acesso em 11 jun 2026.
- FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, Maio, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/wp-content/uploads/2021/12/PNEU.pdf> . Acesso em 17 jun 2026
- Freire, P. Extensão ou comunicação? 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983
- Gonçalves, N. G. Princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: desafios e possibilidades. In: Gonçalves, N. G.; Quimelli, G. A. de S. (Org.). Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária. 1. ed. Curitiba: CRV, 2016, v. 1.
- Gonçalves, N. G.; Quimelli, G. A. de S. Princípios da Extensão Universitária: contribuição para uma discussão necessária. Curitiba, Ed. CRV, 2016.
- IBGE - Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2025. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2025/estimativa_dou_2025.pdf Acesso em 29 jun 2026
- Kelian, L. A. O significado da autonomia para a educação. O independente, p. 5 Jornal do CMI Floripa, n. 3, fev. 2005.
- Kilduff, Fernanda. O controle da pobreza operado através do sistema penal. In: Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 240-249 jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000200011/15117>
- Kyrillos, G. M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. Revista Estudos Feministas, [S. l.], v. 28, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n156509>. Acesso em: 29 maio. 2026.
- Silva, C. R. da. Sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro: o paradigma dos comuns como alternativa à democracia liberal e ao domínio da racionalidade neoliberal. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.
- Silva, S. P.; Quimelli, G. A. de S. A Extensão Universitária como espaço de formação profissional do assistente social e a efetivação dos princípios do projeto ético-político. Revista Emancipação. Ponta Grossa: Editora da UEPG, ano 6, n. 1, p. 279-296, jan./jun. 2006.

Índice Remissivo

B

Bibliometria, 63
Bradyrhizobium, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41

C

Consumo de energia elétrica, 23

D

Dissimilaridade, 40
DOI, 4, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

H

Handle System, 58, 60, 61, 64, 65

I

Interoperabilidade, 62

M

Mapa de calor, 39
Metadados, 61

P

Princípios FAIR, 62

Sobre os autores/organizadores



  **Alan Mario Zuffo**

Engenheiro Agrônomo, graduado em Agronomia (2010) na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestre (2013) em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor (2016) em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) na Universidade Federal de Lavras (UFLA). Pós-Doutorado (2018) em Agronomia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Atualmente, possui 237 artigos publicados/aceitos em revistas nacionais e internacionais, 131 resumos simples/expandidos, 86 organizações de e-books, 53 capítulos de e-books. É editor chefe da Pantanal editora e da Revista Trends in Agricultural and Environmental Sciences, e revisor de 23 revistas nacionais e internacionais. Professor adjunto II na UEMA em Balsas. Contato: alan_zuffo@hotmail.com.



 **Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo**

Pedagoga, graduada em Pedagogia (2020) na Faculdades Integradas de Cassilândia (FIC). Estudante de Especialização em Alfabetização e Letramento na Universidade Cathedral (UniCathedral). É editora Técnico-Científico da Pantanal Editora. Contato: rlustosa@hotmail.com.br



  **Jorge González Aguilera**

Engenheiro Agrônomo, graduado em Agronomia (1996) na Universidad de Granma (UG), Bayamo, Cuba. Especialista em Biotecnologia (2002) pela Universidad de Oriente (UO), Santiago de Cuba, Cuba. Mestre (2007) em Fitotecnia na Universidade Federal do Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil. Doutor (2011) em Genética e Melhoramento de Plantas na Universidade Federal do Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil. Pós - Doutorado (2016) em Genética e Melhoramento de Plantas na EMBRAPA Trigo, Rio Grande do Sul, Brasil. Professor Visitante (2018-2022) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no campus Chapadão do Sul (CPCS), MS, Brasil. Professor substituto (2023-Atual) na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Cassilândia, MS, Brasil. Atualmente, possui 182 artigos publicados/aceitos em revistas nacionais e internacionais, 29 resumos simples/expandidos, 69 organizações de e-books, 53 capítulos de e-books. É editor da Pantanal Editora, e da Revista Trends in Agricultural and Environmental Sciences, e revisor de 19 revistas nacionais e internacionais. Contato: j51173@yahoo.com



  **Bruno Rodrigues de Oliveira**

Graduado em Matemática pela UEMS/Cassilândia (2008). Mestrado (2015) e Doutorado (2020) em Engenharia Elétrica pela UNESP/Ilha Solteira. Pós-doutorado pela UFMS/Chapadão do Sul na área de Inteligência Artificial aplicada na Engenharia Florestar/Agronômica. É editor da Pantanal Editora e da Revista Trends in Agricultural and Environmental Sciences e Analista no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Tem experiência nos temas: Matemática, Processamento de Sinais via Transformada Wavelet, Análise Hierárquica de Processos, Teoria de Aprendizagem de Máquina e Inteligência Artificial, com ênfase em aplicações nas áreas de Engenharia Biomédica, Ciências Agrárias e Organizações Públicas. Contato: bruno@editorapantanal.com.br



 **Aris Verdecia Peña**

Médica, graduada em Medicina (1993) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especialista em Medicina General Integral (1998) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especializada em Medicina en Situaciones de Desastre (2005) pela Escola Latinoamericana de Medicina em Habana. Diplomada em Oftalmología Clínica (2005) pela Universidad de Ciencias Médica de Habana. Mestrado em Medicina Natural e Bioenergética (2010), Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba, Cuba. Especializada em Medicina Familiar (2016) pela Universidade de Minas Gerais, Brasil. Profesora e Instructora da Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba (2018). Ministra Cursos de pós-graduação: curso Básico Modalidades de Medicina Tradicional em urgências e condições de desastres. Participou em 2020 na Oficina para Enfrentamento da Covi-19. Atualmente, possui 11 artigos publicados, e dez organizações de e-books.



9786585756822



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br